

Centro de Estudos e
Debates Estratégicos



CÂMARA DOS
DEPUTADOS

REFORMA POLÍTICA

PALESTRA PROFERIDA PELO SR. IBSEN PINHEIRO,
PARLAMENTAR CONSTITUINTE E PRESIDENTE DA
CÂMARA DOS DEPUTADOS NO PERÍODO DE 1991 A 1992,
EM 11 DE SETEMBRO DE 2013, NO CENTRO DE ESTUDOS
E DEBATES ESTRATÉGICOS.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Quase como um aposto explicativo, hoje eu sou Presidente do Conselho Deliberativo do Internacional. Fui escolhido por unanimidade, e lembro que, no dia em que me elegi Presidente da Câmara, o Dr. Ulysses veio à fila de cumprimentos, e eu furei a fila ao contrário, furei da frente para trás, e disse: "Dr. Ulysses, estou furando a fila porque eu estou na cadeira que o senhor tanto dignificou". E ele me disse: "É, mas eu nunca cheguei aí como você chegou, por unanimidade". "Dr. Ulysses, o que lhe faz falta são os meus defeitos". (*Risos.*) Têm de ter algumas qualidades, mas alguns defeitos também, para construir uma unidade em torno do nome da gente.

Fui Presidente desta Casa e hoje presido o Conselho Deliberativo do Internacional. É um cargo ótimo, porque, se ganhar, eu boto todas as faixas e, se perder, não fui eu. Esse é o contrário da vida política, o culpado é sempre você.

Deputado Colbert Martins, é uma alegria reencontrá-lo e saudá-lo aqui nesta reunião, que envolve o nosso trabalho de agentes políticos, mas tem a capacidade de envolver o nosso lazer também. Não conheço um momento mais rico para um agente político, que vai além de titulares de mandato. Agente político é quem se considera capaz de contribuir com mudanças, de preferência para melhor. (*Risos.*) Deputado Colbert, meu abraço. Secretário Luiz Henrique Cascelli, quero cumprimentá-lo também e, através do seu nome, saudar todos os quadros de Assessoria da Câmara.

Fui testemunha presencial, durante muito tempo nesta Casa, da qualidade dos servidores públicos, qualidade que decorre não só do preparo, que eu diria é uma obrigação, mas também da dedicação, do interesse e da capacidade de se doarem, além da mera observância do horário e das obrigações. Percebo isso nos servidores desta Casa, especialmente naqueles que, pela dedicação, chegam à elite funcional.

Quando me chegou esse convite, através do e-mail, do Lúcio, pude desde logo buscar um espaço na minha agenda, porque é esta Casa e porque é este assunto. Gosto de falar sobre isso...

A reforma política é uma forma sintética de procurar definir reforma política, reforma eleitoral, reforma do Estado, porque ela vai desde a mais singela sugestão até a mais profunda das mudanças pretendidas, envolvendo o próprio aparelho de Estado e envolvendo mecanismos que, além da viabilidade política, exigem o exercício dos meios regimentais, legais e constitucionais.

Eu acho que a necessidade da reforma política nos dispensa da crítica do atual modelo, ou pelo menos da especificação dos vícios, todos eles do atual modelo, porque a consciência da necessidade da mudança é o melhor atestado de que o modelo atual se esgotou. Eu pretendo dedicar muito pouco tempo à crítica do atual modelo, porque suas deformações estão presentes — eu acho — em todos os

analistas. É um modelo que resulta de diversas causas históricas, e que tem nos aprisionado em um mecanismo em que o Poder Executivo se legitima por uma porção de votos, da ordem de 60% — depois que surgiu o segundo turno —, e o Poder Legislativo, especialmente a Casa do povo, a Câmara, se apresenta fracionada e, portanto, também fragilizada, sendo a causa determinante de um presidencialismo de coalisão ou de cooptação e de deformações de amplo espectro. Então, eu me dedico muito pouco a falar mal do atual modelo, porque há uma consciência generalizada de que o modelo se esgotou.

Eu me lembro de uma frase do Nelson Carneiro, de quem fui colega aqui. Ele citava sua luta histórica pelo divórcio dizendo: *“Ah, o divórcio? Todos são a favor; a maioria é que é contra.”* Porque, no momento em que você botava o projeto na pauta, surgia uma maioria que, ou pelo voto ou pela omissão, impedia o andamento daquela matéria. Hoje, se você fizer uma pesquisa sobre reforma política, sim ou não, é 100% sim. Mas, se você disser qual é a reforma política, dificilmente você tem uma maioria capaz de viabilizar uma transformação. Não é que a maioria seja vinculada ao atual modelo e beneficiária dele. Eu contesto isso com muita frequência, porque é uma definição singela e, aparentemente, verdadeira. Eu me lembro de um jornalista americano, Henry Mencken, do século passado, que disse com muita graça que todo problema complexo tem uma solução simples, clara, lógica e errada. Essa é uma evidência. *“Ah, não se muda o modelo porque os beneficiários do atual modelo são maioria.”* Não é verdade isso. A vida aqui nos ensina que são as minorias que, talvez, sejam as beneficiárias das distorções. Mas elas são variadas e, ainda que não componham a maioria, elas são capazes de brecar a transformação, se as forças interessadas na transformação não forem capazes de bancar a mudança.

Posso dar um exemplo singelo. Fui Relator de uma tentativa, em 2007, 2008, de reforma política. No momento em que eu conseguia formular a proposta, os Líderes dos dois maiores partidos, o meu e o PT, retiravam a urgência. Ora, sem urgência, essa matéria não tem a mínima possibilidade de tramitação.

Então, minha primeira manifestação é que não se deve, nessa matéria, buscar o consenso, porque o consenso é o que está aí. Consenso é para não mudar. Eu até acho que o Millôr Fernandes... não, Nelson Rodrigues, quando disse que toda unanimidade é burra, ele não quis fazer uma homenagem à unanimidade, ele devia dizer que toda unanimidade é esperta, porque é uma unanimidade para não alterar. Isso se aplica a dois nós que nós temos na nossa instituição: necessidade de mudança no modelo político-eleitoral e no modelo tributário. Mas, como mudar sem contrariar interesses? É preciso contrariar interesses. A linha divisória é que é o caminho político capaz de agendar uma maioria para derrotar uma minoria. O consenso só pode congelar o que está aí.

Eu quero dizer aos senhores que minha posição não é otimista no curto prazo. Não é otimista, porque vejo muitas resistências à mudança do modelo. Algumas dessas mudanças podem ser feitas por lei ordinária, outras, por lei complementar, mas outras exigem emenda constitucional. Então, eu defenderia — porque não sou um teórico, sou um agente político — que cogitássemos das transformações úteis e possíveis. Que tenham essas duas características: sejam úteis, façam melhorar o processo, e sejam possíveis. Se queremos um modelo perfeito e ideal, não precisamos nem procurar, já o temos, Thomas Morus já o fez: *Utopia*. Está disponível na prateleira, está disponível. Agora, os agentes políticos...

Eu estou sugerindo que nós discutamos uma reforma política, eleitoral e do Estado, mas subordinando a dois critérios: o da utilidade e o da viabilidade. Façamos uma mudança que seja útil e que seja viável. Não adiantará que ela seja perfeita e não tramite, como não adiantará que ela tramite por unanimidade e não mude para melhor. Então, consenso é o inimigo da mudança. O inimigo mais solerte da mudança é o consenso. E o dissenso depende de quem conduz. Então, eu gostaria que as forças que querem uma mudança se articulassem em maioria. Eu vou dar só um exemplo de uma das distorções graves: a coligação de legenda. Coligação de legenda produz tantas deformações que entre os partidos que se coligam você não tem clareza sobre qual é o mais prejudicado, se o pequeno que se coligou ao grande ou se o oposto.

Vejam quando um pequeno partido coloca um campeão de votos numa legenda grande e sobram votos, esses que sobram vão para o partido grande. O pequeno, então, foi tributário. Agora, quando o pequeno consegue simplesmente colocar o seu quadro com votação média, ele é que elege alguém que não alcança o quociente. Então, vejam que são duas deformações, duas mãos de uma deformação que nasceu incompatível, na minha avaliação, com o regime pluripartidário. E, com frequência vejo lei e escuto que os partidos pequenos defendem, porque é o modelo da sobrevivência. Discordo. É o modelo da eternização da pequenez. É a eternização da pequenez, o modelo do crescimento e até a própria cara, a própria feição, o próprio discurso. O exemplo mais recente é o do Partido dos Trabalhadores. Na minha primeira legislatura, eles eram oito. E hoje têm a maior bancada da Câmara.

Então, eu peguei a coligação de legenda como exemplo de algo que tem a seu favor forças expressivas, mas minoritárias. Mas se, de outro lado, não houver uma maioria disposta a bancar, essas minorias inviabilizam a transformação, ainda que sejam 100 Deputados ou 150 inviabilizam a transformação se os restantes não estiverem mobilizados em torno de uma proposta.

O exemplo foi um atalho, porque, na verdade, gostaríamos de encontrar um modelo ideal de representação. Mas qual é esse modelo ideal e perfeito de representação? As democracias modernas se dividem, historicamente, já há dois

séculos, entre o modelo distrital — se contarmos o Parlamento inglês é muito mais — e o modelo proporcional, e cada um deles tem o seu vezo negativo. No distrito, produz-se governabilidade, mas com frequência compromete a representatividade. Na Alemanha, antes da última reforma, o Partido Verde tinha 26% dos votos e nenhum Deputado no Reichstag. Nenhum, porque 26% não vence eleição em nenhum distrito. É a deformação do voto distrital, mas o voto proporcional — o Brasil é um bom exemplo, a Itália também já foi — produz muitas minorias e nenhuma maioria. Esta Casa hoje, Câmara dos Deputados, tem 27 minorias, se é que não aumentou de ontem para cá, e nenhuma maioria. Então, as maiorias se montam pelas circunstâncias, pelo tema e pela liderança eventual, produzindo uma síntese que pode ser exagerada, mas hoje para ser aprovado nesta Casa, o projeto tem que ter um atributo importante: ser bancado pelo Governo ou outra característica, ser irrelevante. Esses dois tipos de projeto vencem as dificuldades. O irrelevante porque não contraria interesses e os do Governo, mesmo contrariando têm quem banque. Não tendo um Governo a bancar e sendo relevante, o projeto praticamente fica condenado à gaveta e à falta de acordo de Líderes.

Eu me lembro que eu fazia reunião de líderes — eu era Líder do PMDB — na sala do PMDB, na mesa do PMDB, porque nós éramos seis líderes. Na legislatura passada, o Presidente do PMDB me convidou para discutir a reforma política numa reunião de líderes na residência oficial. Havia mais de 60 Deputados, aí eu comecei a fazer a percepção de que éramos vinte e poucos líderes, vinte e poucos vice-líderes, mais o Deputado interessado em determinada matéria: 60.

Eu me lembro, Alceu e Colbert, que eu fiz uma pequena maldade, na minha intenção de ser verdadeiro. *“Que mudança você viu, Ibsen, depois que ficou 12 anos fora? Quais mudanças você pode ter visto?”*

Olha, não acho que haja mudanças cruciais num país em 10 anos. Mas uma mudança, eu estou percebendo. Lembram-se do baixo clero e do alto clero? Hoje é a mesma coisa. De fato, há um nivelamento a ponto de as grandes lideranças e os pequenos interesses terem o mesmo peso na condução do processo político parlamentar.

Quanto a essas deformações, devemos perguntar: como vamos fazer para compatibilizar a governabilidade, que é essencial, com a representatividade? As ditaduras resolvem parte do problema. Cuidam da governabilidade. Como lhes falta a outra, a legitimidade, elas são sempre passageiras, ainda que, às vezes, muito duráveis.

Agora, o que não pode é a democracia desarmar-se. Desarmar-se pela ineficácia, pela incapacidade de decidir. E, talvez, no nosso País — não posso dizer com certeza —, tenhamos tido intervalos democráticos — e eu bato na madeira, para que não tenhamos mais intervalos. De cada intervalo autoritário que vencemos, nós saímos com uma espécie de culpa. Já que tudo era proibido, agora nada será

proibido. E caímos no oposto da restrição, no oposto da vedação. Quando o regime verdadeiramente forte deve ser a democracia. O regime que não pode ser desafiado, este é o democrático. E nós, parece, cultivamos a culpa de que estávamos até tão pouco tempo atrás numa ditadura e agora queremos restrição zero.

Ora, a construção do binômio governabilidade e representatividade é o que está faltando para a gente aperfeiçoar o nosso modelo. Hoje, todos nos sentimos representados. Nós temos dificuldade de adivinhar o caminho que o nosso País quer seguir ou vai seguir.

Há poucos dias, a bancada estadual do nosso partido, Deputado Alceu, me convidou para me ouvir dizer como eu analisava aqueles acontecimentos de junho. Eu disse: *“Quem está enxergando com clareza certamente está mal informado”*. Quem está bem-informado está perplexo, como todos nós — um grau de perplexidade notável por termos um bom grau de desinformação. Porque essas manifestações, quando elas surgem espontâneas, elas têm uma virtude: elas são uma crítica que nós não podemos ignorar, mas elas têm um vício perigoso, que é o seu caráter errático. Uma marcha do povo sobre um palácio pode ser uma grande mudança, como foi a Marcha sobre Versalhes, que resultou no Estado da Revolução Francesa e no Estado Moderno. Mas pode ser a Marcha sobre Roma também, que resultou no fascismo italiano.

Então, esse tipo de insatisfação como um sintoma não pode ser ignorado. Mas os agentes políticos têm que buscar drenar a insatisfação no caminho da superação dos problemas, porque o oposto é o movimento errático que nós não sabemos para onde se dirige.

Ora, se no distrital nós temos governabilidade e não temos representatividade adequada, no proporcional temos o oposto. A Alemanha criou um mecanismo interessante, que a gente pode, se quiser, discutir os seus aspectos, buscando compatibilizar a representatividade com a governabilidade.

A verdade é que a Alemanha tem 80 milhões de habitantes, mas é do tamanho do Rio Grande do Sul mais Santa Catarina, talvez mais um pedaço do Paraná. Eu acho que é por aí, 400 mil quilômetros quadrados, mais ou menos.

Ora, eles podem fazer uma lista nacional. Nós não podemos nem pensar nisso. Eles podem fazer uma representação *tout court* proporcional exatamente igual ao eleitorado. Nós, se fizermos isso, fazemos uma verdade aritmética, mas, talvez, a gente deva perceber que, se fizermos isso, três Estados — São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais — terão maioria absoluta da Câmara dos Deputados. Isso, como funcionar para a Federação? Temos que pelo menos nos perguntar sobre isso, ou definirmos o modelo de representação que cubra as distorções.

Eu estava aqui na Constituinte quando nós votamos que os Estados não teriam menos de 8 Deputados. E, para tranquilizar a nossa consciência, mantivemos os Territórios com 4, mas os Territórios foram extintos na primeira oportunidade e transformados em Estados. Então, hoje, se há Deputado que representa uma média de 50 mil eleitores — em Roraima, possivelmente —, outros têm que representar 600 mil eleitores na média — São Paulo.

Eu não defendo que seja uma regra aritmética, não. Defendo que se construa um mecanismo de equilíbrio porque esta Casa é do povo, mas ela também é um pouco federativa. Assim como o Senado é Federal, mas é também Casa do povo.

A busca de um modelo ideal eu já ouvi em questionamentos, em perguntas. Mas qual é o modelo ideal? Será que só o da Grécia Antiga? A democracia direta na Praça da Ágora?

Hoje, com a Internet, podemos fazer do país uma grande Ágora. Não é preciso caminhar até o centro de Atenas para votar.

Eu me lembro que das minhas leituras eu acabei por ser um agente político percebendo que Atenas, no IV século antes de Cristo, a Atenas de Péricles tinha 500 mil habitantes. E o voto era direto. Mas metade eram escravos. Então, ficam só 250 mil. Desses 250 mil, metade eram mulheres. Elas não votavam até 1932. E o Brasil foi um dos primeiros.

Metade eram mulheres. Então, nós já estamos com metade de 250 mil. Desses 120 mil — vamos arredondar —, 60% tinham menos de 25 anos. Então, nós já estamos falando de 60 mil atenienses. Mas, como era uma democracia censitária, quem não tinha determinado patrimônio não votava. Nós já estamos falando em 30 mil dos 500 mil. E desses últimos 30 mil, metade, pelo menos, era composta do que eles chamavam de metecos, que eram os gregos não atenienses, dentre os quais Aristóteles, que não era eleitor, porque ele era de Estagira — Aristóteles, o estagerita.

Então, nós já estamos com 12 mil eleitores em Atenas — eleição direta. E aí entravam aqueles que moravam longe, distante. A média de eleitores nas eleições diretas que votava era de 3 mil.

Portanto, o modelo histórico que a gente gostaria de buscar não é um bom exemplo.

É claro que a democracia representativa está sofrendo questionamentos. Alguns deles têm justificativas reais. Não se pode ignorar a comunicabilidade, as redes sociais, a Internet. Não se pode ignorar.

Temos também uma avaliação muito recente desse processo que com grande velocidade se desenvolveu, a ponto de termos dificuldade de perceber como isso possa ocorrer.

Eu me lembro de que o meu gabinete de ex-Presidente era aqui perto, atrás do corredor das Comissões, e eu acompanhava os trabalhos pela televisão ou me avisavam meus assessores: “*Votação.*” Eu me levantava, como todos os colegas fazem, saía, vinha para apertar um botão, me informava com o Líder: “*Como se vota isso ai?*”

E eu me lembro de que eu fazia uma brincadeira: “*Mas se eu faço de lá até aqui, por que eu não tenho um botão lá na minha mesa, no gabinete?*” “*Se eu tenho no gabinete, por que eu não tenho na minha casa, em Porto Alegre?*”

E por que só 513 e não 200 milhões? Então, vejam que o questionamento da democracia representativa é um fato que está sendo posto na nossa frente.

Eu estou convencido, e me dirijo especialmente aos Parlamentares que estão aqui — por falta de informações, eu vou ficar no meio a meio —, de que metade dos desgastes de uma Casa política como esta pode ser resultado de seus vícios. Pode ser. Mas a outra metade é de sua virtude. Porque só esta Casa não é de ninguém, porque só ela é de todos. E, se ela é de todos, ela não é a minha OAB, não é o meu CREMERS, não é o meu sindicato. Ela é de todos. Sendo de todos, possa a ideia de que é dos outros também.

Então, eu não tenho dúvida de que a virtude da representação do interesse geral é muito a causa de esta Casa ser alvo de avaliações destrutivas. E quando me apontam os vícios que aqui se praticam, eu digo: “*Eu acho que a grande diferença entre aquela Casa e outras instituições é a cobertura de imprensa.*”

Vamos dar a mesma cobertura de imprensa às demais atividades: à advocacia, ao jornalismo. Vamos dar a mesma cobertura de imprensa, porque a natureza humana está presente em toda parte. E aquilo que é vício aqui, é vício num convento também.

Digo isso na intenção de denunciar o que há de pior. A pior política é a que nega a política! Não há nenhuma pior do que essa. Nenhuma política é tão negativa quanto a que nega a política. Porque não há nenhuma forma de representar o interesse geral que não seja a política. E, por ser política, é que a representação é geral. As outras são setoriais. E o nosso modelo político de representação, especialmente da Câmara, está favorecendo a setorialização da representação. A setorialização.

Então, a gente percebe que as corporações de toda natureza — do trabalho, do capital, das regiões, dos aparelhos de Estado —, todas essas corporações buscam apropriar-se do processo deliberativo.

E eu não tenho dúvida de que ninguém quer esta Casa fechada, mas muita gente quer esta Casa intimidada, agachada. Muita gente quer isso. Eu não tenho dúvida disso.

Então, defender a instituição política, defender a representação política é o único mecanismo capaz de encontrar processos de avanço.

Outro mecanismo — logo, esse não é o único—, o outro nós conhecemos também: é a violência, é o sangue, é a revolução, é o golpe.

São os dois meios: ou nas ruas ou através do processo político institucional. Deste otimismo eu não abro mão: de que nossas instituições vieram para ser preservadas.

E é na conjugação da governabilidade com a representatividade que temos que encontrar o modelo.

Eu quero repetir e sugerir que nós nos dediquemos a isto: que a reforma que nós pensamos em fazer tenha dois atributos, que seja útil e viável. Sem um desses adjetivos, se não for útil, não adianta que seja viável. E se for inviável, não adianta que seja perfeito. Então, se pudesse, eu defenderia grande transformação, mas não acho que seja possível isso na atual composição do Congresso Nacional.

Mas eu acho que, se nos concentrássemos em algumas alterações pontuais... Eu, por exemplo, não me oponho, mas também não defendo, a que as eleições sejam todas em um tempo só. Não me oponho, porque vejo alguma razoabilidade, mas não defendo porque temo um mecanismo, que é a eleição de 4 em 4 anos, com presidencialismo. Então, eu temo que não seja boa a falta de reiteração do ato político. E acho que a nossa resistência a termos eleições ano sim, ano não, é porque as nossas eleições são muito complexas do ponto de vista operacional. São dezenas de milhares de candidatos, cada um fazendo a sua campanha. Olha, é da experiência de todos, mesmo dos que não são Parlamentares.

Nós temos um modelo eleitoral em que cada Parlamentar é de um partido, para o bem e para o mal. Para o bem, porque ele tem autonomia; para o mal, é que ele tem que ter comissão de finanças, comitê de imprensa, sede própria. Então, cada Parlamentar tem os encargos como se fosse um partido. Ora, a eleição é uma coisa infernal, algo sobre-humano. A campanha para outubro, que começa em janeiro, começou tarde; de janeiro para outubro, começou tarde. Então, nós imaginamos assim. Portanto, se nos tivéssemos outro modelo eleitoral, a eleição poderia ser uma coisa para 60 dias, dependendo do modelo.

Eu me considero vacinado contra a defesa do modelo proporcional, com lista aberta. Esse eu considero o pior dos modelos, porque reúne o que há de negativo no voto distrital, que são os bolsões apropriados por alguns, com o que há de negativo no voto proporcional, que é a pulverização. Então, nós temos um

Parlamento pulverizado, 27 minorias e nenhuma maioria. E não enxergamos um caminho, porque eu vejo também muita resistência à lista pré-ordenada, que eu pessoalmente consideraria um bom modelo, mas tenho dificuldade em defender isso, porque eu quero algo que seja bom e viável. Não adianta, se não há maioria, não adianta ficar agarrado à tese.

Para curiosidade minha e de todos que se dedicam ao assunto, Milton Campos propôs, há bem mais de meio século, um modelo muito interessante, que é a conjugação do modelo do distrito com a proporção. Sabem como funcionaria? Dividam, por exemplo — vou falar do Rio Grande, que eu conheço melhor... Temos 31 Deputados... Digamos que fossem 32 ou 30, para pegarmos um número par. Então, 32; 16 distritos. Não, no Modelo Milton Campos, 32 distritos, um eleito por distrito. E os demais, que perderam a eleição, integram a lista do seu partido. E os votos para a legenda são os votos dos distritos somados.

É um exemplo que é possível conjugar. A Alemanha fez um pouquinho diferente: metade vota por distrito e a outra metade você vota na lista. Então, vota duas vezes. O do Milton Campos é um voto só. Eu chego ao Distrito de Caxias do Sul. Digamos que lá tenha lá 500 mil votos. Vota no Deputado e elege lá — vou dar um exemplo do meu partido — o Sartori ou o Rigotto. Aí os outros que não se elegeram estão nas listas respectivas, proporcionalmente, cada um conforme os votos que conseguiu.

Eu não estou defendendo esse modelo, até porque isso é uma construção e não uma mera manifestação de vontade. Apenas estou exemplificando.

Vejam a questão do financiamento também. Estou abordando questões pontuais. Muitos defendem o financiamento público, outros, o privado, com restrições, e outros, o misto. Eu gostaria de defender um modelo em que o dinheiro não fosse eficaz, porque ele tem muita eficácia no modelo proporcional, de linha aberta. Ele é decisivo. Nós sabemos que com muitos recursos se elege um posto. Sabemos disso. Então, eu gostaria de um modelo em que o dinheiro não tivesse a eficácia pesada como tem. Aí ele não teria importância.

Com a lista pré-ordenada, por exemplo, o dinheiro não tem esse peso, porque, se eu sou o primeiro da lista, não tem por que eu pedir dinheiro. Se eu sou o trigésimo, também não adianta pedir dinheiro. Seguramente, a campanha será feita pelo partido, o 15, no meu caso. E é uma campanha barata e rápida. Por quê? Porque os Parlamentares estão na lista.

Mas, como eu acho que à lista há grande resistência, nós temos que buscar um mecanismo, porque, do contrário, no atual modelo, se botar dinheiro público, ele vai se somar ao privado, vai se somar. E isso, além de ser rejeitado pelo sentimento das pessoas, isso não vai gerar conteúdo de avanço nenhum.

Por isso, resisto à ideia do financiamento público exclusivo. E defenderia um modelo em que o dinheiro não tivesse o mesmo peso. Reconheço que não é fácil trocar. As pessoas acham que no voto proporcional de lista aberta as pessoas escolhem o candidato. Eu acho que na lista ordenada elas escolhem mais, porque elas sabem qual é a ordem da lista, sabem quem vai se eleger, porque está lá na ordem. No modelo da lista aberta, ela vota no Ibsen e não sabe em que lugar ele vai ficar. E, ainda com a coligação de legenda, não sabe em que partido está votando.

Ora, depois de discutir muito o melhor mecanismo para eleição, eu sempre peço licença para falar depois, de tudo isso, sobre o principal. O que é o principal? É o desempenho do mandato depois da eleição.

Os Parlamentares de hoje — eu vou falar só dos Parlamentares decentes, que são a imensa maioria desta Casa; não vou falar dos que praticam pesados vícios; vou falar dos Parlamentares decentes — se dedicam a três coisas secundárias: à emenda, às nomeações e à verba de campanha. A campanha que passou, a que virá, a municipal, que ele tem que ajudar o vereador. E essas três coisas são verdadeiras, não são sujas e nem ilícitas, só não podiam ser o centro da atividade parlamentar. Para a emenda parlamentar individual, com grande frequência, a verba surge antes da necessidade. *“Olha, Prefeito, arrumei um milhão lá.” “Ah, vou fazer um posto de saúde.” “Ah, não, mas é turismo.” “Ah, então eu faço um coreto na praça.”* Isso é da nossa vivência.

Empregos, só no modelo do voto proporcional eu preciso saber quem é o subsecretário da saúde do Município do qual o meu partido tem o prefeito. Porque o subsecretário é meu cabo eleitoral, e o secretário é do meu inimigo, que é o companheiro de partido. Então, esse modelo fica distorcido de tal modo que o Parlamentar tem pouquíssimo tempo para cuidar do desempenho do mandato, que é a representação política do sentimento não só da sua região, mas do País. Então, ele fica praticando emendas individuais, dividindo o máximo possível. Como já disse, quando a gente não sabe quem foi, a gente sempre diz que é o Alkmin, o José Maria... Aí você acaba dez emendas; você dá uma emenda, arranja um ingrato e nove inimigos, aos quais você nega a emenda.

Então, o emendamento individual, conjugadamente, as nomeações, com os cargos, e a verba de campanha são filhos, produtos diretos da lista aberta uninominal, que fazem com que o Deputado seja o agente da sua própria eleição, o agente essencial da sua própria eleição, e não o seu partido.

Eu não sei que mecanismos se podem encontrar. Por isso, eu disse que no curto prazo eu não me considero otimista. Eu me considero pessimista no curto prazo. Teríamos que ter uma alteração até 3 ou 4 de outubro, não sei. Não sei que dia será a eleição em 2014. Teríamos que ter essa alteração. Eu, sinceramente, não estou vendo viabilidade. Se eu pudesse fazer uma escolha, uma só, eu escolheria a extinção da coligação de legenda, porque ela deforma terrivelmente a representação

e condena os pequenos partidos à pequenez e os grandes a um escambo, em que hora eles ganham, dependendo do número de votos do coligando, ora eles perdem, porque perdem cadeiras. Então, se eu pudesse escolher, eu extinguiria para a próxima eleição a coligação de legenda, na proporcional. Tenho certeza de que será mais fácil trabalhar outras mudanças na nova Câmara.

Outra coisa é que, se eu pudesse, eu baixaria de 500 mil para 500 o número de assinaturas para se fundar um partido — 500 mil não; 500 pessoas. Fundam um partido quantos quiserem. Abram a porta, botem a placa, conversem, falem. Agora, sentar no Parlamento, ter acesso à rádio e televisão gratuitos, acesso ao fundo partidário, só com consentimento popular, voto, voto.

Então, nós podemos ter não 30 partidos; podemos ter 300 partidos. Ouço com frequência que os Estados Unidos têm dois. A minha última informação é a de que são mais 400. Há partido dos baixinhos, dos carecas. Enfim, de tudo quanto é corporação. Agora, no Parlamento... É verdade que lá, o voto sendo distrital, praticamente são dois, com uma ou outra exceção.

Se nós pudéssemos construir um mecanismo de conjugação do distrito com a lista, nós poderíamos ter estabilidade, livre organização partidária, livre, livre. Agora, funcionamento institucional das Casas Legislativas, mediante voto, pelo menos o consciente eleitoral, se possível a cláusula de barreira.

A cláusula de barreira foi derrubada pelo Supremo com o argumento singular de que prejudicava a minoria. Bom, nesse caso nós temos que eleger o Presidente da República alternadamente: uma vez pela maioria, outra vez pela minoria. O regime democrático é o regime do comando da maioria. É claro. Então, a cláusula de barreira, se fosse possível, o consciente eleitoral já tem um significado importante, desde que cada partido concorra com a sua cara, com as suas ideias.

Eu tenho convicção também de que, se os partidos se obrigassem a ter a sua feição própria, eles se obrigariam a distinguir-se, porque hoje todos somos favoráveis a tudo que é simpático e todos somos contrários a tudo que é oneroso, politicamente.

Então, Srs. Parlamentares, assessores, eu vou terminar esta minha intervenção com uma reflexão sobre o processo constituinte. Quando eu cheguei aqui, eu achei que a Constituinte tinha chegado tarde, porque o meu partido, desde 1974, quando teve uma grande vitória, levantou bandeiras subversivas, à época: Constituinte, eleição direta e anistia. Bandeiras de grande desagrado ao regime militar, que, por elas, classificava-nos não de Oposição, mas de contestação. Eram bandeiras tão corretas que elas arrastaram o País, menos de 10 anos depois.

Eu cheguei na Constituinte achando que era tarde demais, devíamos ter começado antes o processo. No meio do processo constituinte, eu comecei a achar

que tinha sido cedo demais. Cedo demais. A marca estava quente, do regime militar. E nós não conseguíamos raciocinar para a frente. Nós pensávamos no que vinha de trás. Eu me lembro que quando olhávamos para a frente, eu procurava fazer graça: “*Sim, para a frente...Para o espelho retrovisor.*” Para frente, mas para ver. Queríamos vacina contra o autoritarismo. Eu me lembro que eu sustentava, na Comissão: “*Olha, existe um ato que, tentado, é crime, e, praticado, não o é.*” A nossa conformação jurídica rapidamente se percebia que eu estava falando da tentativa...

Eu, rapidamente, percebi que eu queria dizer que a tentativa de derrubar o regime democrático é crime. Mas derrubar o regime democrático não é crime (*risos*). É uma outra ordem jurídica que se estabelece. Então, não adiantava querer fazer uma Constituição vacina. Vacina, vacina, vacina.

Eu acho que nós fizemos duas Constituições, uma do século XXI, que é a Constituição programática, que definiu direitos, que definiu garantias, que é garantista, que sonhou o meio ambiente, sonhou com a liberdade, e escreveu isso como um programa. Às vezes, alguns acham que isso é uma norma positiva para aplicar. Ora como pagar um salário mínimo justo para o trabalhador viver perfeitamente com sua família, com todos os custos. Nós sabemos que isso é um programa. Não é uma decisão judicial que vai fazer dessa norma programática uma norma positiva. Mas era necessário. E acho, então, que a Constituinte veio na hora. Por quê? Porque ela estabeleceu o reencontro do País com as suas instituições, do povo brasileiro com a instituição pública. Houve uma catarse. E isso foi um grande fato positivo do processo constituinte. Um grande fato positivo! Fizemos uma Constituição do século XXI, programática. Mas fizemos junto, no mesmo momento, uma do século XIX, um aparelho de Estado. O aparelho de Estado brasileiro está atrás do Brasil. O Brasil está andando melhor e mais ligeiro que o seu aparelho de Estado.

Eu digo isso contristado, porque eu quero um Estado ágil, capaz de intervir, mas não de se intrometer. Intrometido é um Estado que se mete na vida das pessoas para cuidar de tudo, e acaba não cuidando do essencial. O que eu quero é um Estado ágil, enérgico, e não obeso e pesado, como o que temos. Eu acho que aí nós fizemos uma Constituição do século XIX, porque a instituição pública veio para a Constituinte para não mudar. Para não mudar.

Vou dar um exemplo: a nossa instituição aqui — perdoem-me o “nossa”, porque eu não desencargo da... Não desencargo — veio com a bandeira de deixar como estava. Ou 1946, na melhor das hipóteses; 1946, o Legislativo. O Judiciário, “*Deixa, não mexe mais*”. O Judiciário. O único Poder que se moderniza, moderniza-se na marra é o Executivo, porque se ele não se modernizar na marra, minimamente, ele é a causa da ingovernabilidade. Então, o Executivo é como se fosse abrir um restaurante. Se não se trabalhar em cima do fornecedor, da qualidade

do produto, da madrugada, do pessoal, o restaurante vai quebrar. Então, o Executivo, mal ou bem, moderniza-se no nosso País. Ele cria novos mecanismos de gestão. Mas como ocorre isso? De modo isolado. As outras instituições públicas só conhecem um mecanismo para responder às necessidades: é o aumento da sua estrutura. Se se fala que há ações em juízo acumuladas, às dezenas de milhares...Mais juízes, mais concurso para juiz; mais promotores. Eu sei do que eu estou falando. Quando eu entrei no Ministério Público, há mais de 30 anos, ele ocupava 4 andares de um prédio do Instituto de Previdência do Estado. Hoje, o Ministério Público tem vários edifícios. Duas torres gêmeas, lindas, em Porto Alegre, à beira do Guaíba. É um exemplo de como nós estamos escravizados à noção de que a resposta do Estado é mais gente, mais (*ininteligível*). Não, há coisas que dependem de uma formulação. Mas os agentes formuladores estão emperrados pelo processo de embotamento havido no aparelho de Estado que nós deixamos.

Eu não sei se o nosso sistema eleitoral presente é melhor do que o de 1871, da Lei Saraiva. A primeira que veio cuidar que as minorias estivessem representadas. Sinceramente, não tenho clareza se a do século XIX, em alguns aspectos, não era mais equilibrada, e mais estabilizadora, a ponto de eu me permitir, às vezes, fazer uma graça de dizer que o mais longo período republicano de nossa história foi o Segundo Reinado, em que nós tínhamos um Presidente com um Poder Moderador, e o título de Imperador; um Governo que só no reinado de D. Pedro II mudou, se não me falha a lembrança, 17 vezes, que era capaz de corresponder às variações do Poder. Então, por isso eu acho que a nossa Constituição, na definição do Estado, nasceu velha. Nasceu velha, na definição do aparelho de Estado.

E afirmo também, sem nenhum sentimento corporativo: a única instituição pública que veio para a Constituinte com um projeto inovador foi o Ministério Público. Foi o Ministério Público. Fui um dos agentes desse avanço; se tivesse que refazer, hoje, eu manteria. Mas criaria correspondentes responsabilidades, que acho que, isso, negligenciamos. Porque era um avanço singular, não cuidamos de que houvesse correspondentes responsabilidades. Mas, sem dúvida, o Ministério Público foi um ícone do avanço, tanto que várias instituições, hoje, — Defensoria Pública, institutos ambientais — todos seguem o mesmo caminho, como percebe-se especialmente, digo isso aos Deputados, todos querem legislar: o IBAMA, o Judiciário, todos querem legislar. Ninguém quer subir no caixote, pedir voto, e carregar má fama. (*Risos.*) Isso é que é difícil.

Então, senhoras, senhores, companheiros, recebi com muita alegria esse convite, Deputado Colbert, com muita alegria, pelo reencontro com velhos companheiros, aqui, por conhecer alguns novos, por encontrar parceiros de batalhas, como a nossa batalha dos *royalties*, Marcelo Castro. Enfim, não tive na vida experiência mais rica que a vida parlamentar. Não tive experiência mais rica do que essa, em que se tem que acompanhar assuntos de uma variedade imensa; representar, ao mesmo tempo, pelo seu voto, interesses que se conflitam, e em que

o exercício do silêncio é tão eloquente quanto o discurso mais incendiário, porque o modelo parlamentar, e a Casa parlamentar, são o único mecanismo do avanço seguro, se não quisermos o risco das revoluções, dos golpes, e das deformações de qualquer natureza.

Quando digo que sou pessimista, era a ideia de uma reforma profunda, mas quero guardar um grau de otimismo de alguma transformação que seja possível.

Quero dizer que, como parceiro nisso, mesmo sem mandato, não tenho nenhum modelo ao qual pessoalmente eu me dedique. O meu é este e nenhum outro. Portanto, acho que nós devemos fazer a construção possível.

Vou voltar aos dois adjetivos: a mudança que seja útil, mas que seja aprovada pelo plenário e sancionada pela Presidente da República. Se não tiver essas duas características, de que serve uma mudança perfeita se não têm votos? De que serve a unanimidade, para deixar como está? Agora, se as Lideranças pudessem construir uma transformação útil e possível, acho que talvez se pudesse ter a próxima composição com mais capacidade de responder às necessidades de transformação, para que nós não tenhamos de acreditar permanentemente que o Brasil está à frente das suas instituições públicas.

O aparelho de Estado brasileiro está freando o Brasil. Isso é triste, porque é uma linguagem privatista que com frequência subordina o Estado, e eu não quero isso, não defendo isso. Defendo o Estado soberano, capaz de respeitar as diversas manifestações.

Repilo a ideia privatista de que a vida privada, os negócios privados é que são os que devem preponderar. Não. Nós vivemos num espaço público, e o papel do Estado é essencial, mas o papel de um Estado enérgico, para intervir, sábio para se distanciar daquilo que não é a sua função. E este Estado passa pela percepção dos agentes políticos, e só dos agentes políticos, não são necessariamente os mandatários, são aqueles que eu definia no começo desta conversa. Agente político é quem se sente interessado no processo de transformação, com mandato, sem mandato, com função pública ou sem função pública, mas que tenha a capacidade de intervir para transformações que melhorem a vida das pessoas. Isso, fora da instituição política, da representação política, é um outro caminho que ninguém quer e que às vezes nos é imposto, que é o caminho da violência.